

Quando o todo é maior que a soma das partes: contributos ao debate sobre qualidade na/da educação

Jorge Najjar (*in memoriam*)

Marcelo Mocarzel

Qualidade é um conceito que permeia praticamente todas as esferas das nossas vidas. A sociedade está sempre em busca de produtos de qualidade, processos de qualidade, experiências de qualidade. Trata-se de um termo repleto de significações e com uma multiplicidade de sentidos que permite enfoques diversos. No Brasil, sobretudo nas últimas décadas, a (falta de) qualidade na/da educação passou a ser um discurso recorrente nos meios de comunicação, entre políticos e governantes e mesmo para a população em geral. O padrão de qualidade educacional é um compromisso do Estado, expresso na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação e em outras políticas públicas.

A vida em sociedade produz diferentes usos para o termo qualidade. É comum ouvirmos falar em padrão de qualidade, qualidade total, qualidade de vida e outras expressões que guardam em si contradições e questionamentos, mas que ganharam espaço no senso comum e até mesmo nos meios acadêmicos. A discussão sobre qualidade é, antes de tudo, uma discussão conceitual. A polissemia da qualidade é linguística, mas também prática. Apesar da disputa sobre os caminhos da qualidade na/da educação, há fatores intervenientes que podem ser elencados, fatores esses que costumam guardar problemáticas próprias, algumas de intensa complexidade.

Dentre os mais célebres, podemos citar o planejamento, e a gestão educacional e escolar, o financiamento da educação, os debates sobre o currículo e as políticas curriculares, as estratégias e políticas de avaliação educacional e das aprendizagens, as políticas e práticas de inclusão e diversidade e a garantia da ética e da cultura de

paz nas escolas e nos macro e microprocessos educativos. Haveria outros fatores de relevância, mas acreditamos que esses são os mais difundidos, por representarem campos de atuação política e acadêmica. Dessa forma, entendemos que o todo pode ser maior que a simples soma das partes, como Aristóteles já anunciava: não basta pensarmos nos fatores da qualidade enquanto instâncias desagregadas, mas sendo partes de uma visão de mundo e de educação, que precisam de diálogo e experimentação. Para isso, cada fator é parte e também é todo, na medida em que cada um deles pode ser determinante para o fracasso ou o sucesso de um projeto de educação emancipatório e viável.

Assim, este número da revista *Em Aberto* se justifica pela intensa busca por definições e parâmetros que a qualidade na/da educação fomenta. Longe de pretender encerrar a questão ou dar respostas objetivas sobre tema de tamanho relevo, este conjunto de textos e materiais busca trazer contribuições inéditas à discussão, colocando luz sobre as distintas abordagens possíveis.

O artigo da seção Enfoque apresenta a questão central do tema. Marcelo Mocarzel e Jorge Najjar, em "Qualidade na/da educação como um marco referencial das políticas e práticas educacionais: um enfoque multidimensional", fazem a opção teórico-metodológica de trabalharem com o paradigma multidimensional como instrumental para a análise conceitual da qualidade na/da educação, adicionando elementos à complexa trama do debate, por exemplo, a eficácia pedagógica, a eficiência econômica, a efetividade política e a relevância cultural.

No primeiro artigo da seção Pontos de Vista, "Qualidade da educação e planejamento: um olhar a partir de marcos regulatórios nacionais", Marcelo Soares Pereira Silva e Paulo Celso Costa Gonçalves situam o debate sobre o planejamento educacional e a qualidade no contexto das políticas educacionais nacionais no início dos anos 2000. A partir de uma pesquisa documental e por meio da análise de conteúdo, os autores localizam as diferentes concepções de planejamento e qualidade presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no Plano de Ações Articuladas (PAR) e no Plano Nacional de Educação (PNE), demonstrando as ambiguidades, os hibridismos e as contradições encontradas em documentos orientadores das políticas educacionais consideradas.

O segundo artigo, "Gestão democrática e participação na decisão nas escolas: análise das legislações das redes municipais do estado do Rio de Janeiro", é assinado por Karine Vichiatt Morgan e Daniela Patti do Amaral. Para compreender o cenário das instâncias de colegialidade nas escolas, foram buscados textos legais, instituídos após 2014, que regulamentam a gestão democrática nos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Localizadas 38 legislações, foram selecionadas 12 para análise, de modo a investigar como se configuram conselhos escolares, grêmios estudantis e associações de apoio à escola. Os resultados indicaram movimentos fragmentados para regulamentação da gestão democrática, além da necessidade de aprofundamento empírico e teórico para a compreensão das instâncias de colegialidade e participação da comunidade escolar com vistas a uma educação de qualidade.

No terceiro artigo, as políticas curriculares fluminenses são o foco do estudo de Alexandra Garcia, Graça Reis e Patrícia Baroni, intitulado "Movimentos na

produção de políticas curriculares do estado do Rio de Janeiro: pensando a qualidade a partir das escolas”. A fim de demonstrarem a influência de processos e interesses de centralização curricular, as autoras realizaram, com base metodológica da narrativa, uma análise do debate sobre o *Documento curricular do estado do Rio de Janeiro*, versão preliminar do *Documento de orientação curricular*, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro em 8 de outubro de 2019. Os resultados evidenciaram as pressões e as disputas durante o debate e as reconfigurações curriculares, pautando a defesa da democracia e da escola cidadã como perspectiva teórica e compromisso político do pensamento curricular.

No texto “A qualidade do público e do privado no Brasil na avaliação do Pisa 2015: como se comporta a rede privada ante a rede pública e a outros países?”, Lúcia Maria de Assis e Nelson Cardoso Amaral apresentam um conjunto de questões contextuais da edição de 2015 do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), buscando compreender as razões pelas quais o Brasil tem obtido resultados considerados insatisfatórios em relação aos demais países participantes. A partir do banco de dados disponível no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as análises apontam que as condições existentes nas instituições da rede federal que ofertam a educação básica, e não na rede privada, podem ser referência para se garantir uma educação de qualidade, uma vez que aquela possui as condições de oferta educacional e o desempenho dos estudantes nas provas análogos aos dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na pesquisa denominada “Qualidade da educação e formação docente no estado do Acre: uma análise do período 1990–2010”, Mark Clark Assen de Carvalho e Ednaceli Abreu Damasceno analisam as políticas de formação implantadas no estado do Acre, do final da década de 1990 até o ano de 2010, buscando compreender o contexto, os propósitos e as finalidades dessas ações e seus efeitos na qualidade da educação básica. A partir de dados da rede pública de ensino estadual que denotam os investimentos feitos, concluiu-se que alguns fatores, como a política de formação de professores em nível superior e a reestruturação do trabalho docente, contribuíram significativamente para superar os indicadores críticos de qualidade da educação no estado, alcançando e/ou ultrapassando as metas projetadas pelo sistema nacional de avaliação.

No sexto artigo, “A valorização do magistério como uma dimensão da qualidade da educação: uma mirada sobre o debate sindical”, Andréa Barbosa Gouveia e Marcos Alexandre dos Santos Ferraz destacam a disputa pelo conteúdo da valorização do magistério como um desafio para a política pública, para a construção teórica do campo de políticas educacionais e para os debates sobre a qualidade do ensino. Os autores indicam que a pauta corporativa e classista, que está na gênese do movimento sindical, impõe desafios à forma de tematizar as políticas de valorização e as discussões sobre qualidade. Para olhar esse fenômeno, o texto trouxe uma análise documental das posições da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) expressas nas resoluções dos seus Congressos de 1991 e 2017. A partir das discussões sobre a ambiguidade entre profissionalização, proletarianização e

semiprofissão, concluiu-se que o debate sindical reorganiza a disputa ao redor das políticas de valorização como uma dimensão da qualidade da educação e impõe novos debates ao campo científico.

No sétimo artigo, “Qualidade da/na educação: narrativas de professoras sobre o trabalho docente”, Maria Alfredo Moreira, Rosa Maria Moraes Anunciato e Maria Aparecida Pereira Viana apresentam a análise de textos escritos por 42 professoras em contextos de graduação, pós-graduação e extensão, com o objetivo de identificar concepções de qualidade da/na educação presentes em suas narrativas, produzidas em Portugal e no Brasil. Foram confrontadas narrativas dominantes com a discussão do conceito de qualidade da/na educação, associado a processos de transformação individual e coletiva que visam ao desenvolvimento de práticas democráticas e equitativas na escola, no trabalho docente e na sociedade. As análises das narrativas das professoras mostram de que modo a qualidade da/na educação se associa ao trabalho docente como luta pela justiça social, quando procura valorizar e atender à diversidade e à inclusão de todos e como esse trabalho desafia as forças históricas e estruturais que condicionam a transformação da educação, procurando os fins democráticos que a educação escolar deve perseguir.

Encerrando a seção Pontos de Vista, no artigo “Ética y calidad de la educación en tiempos de la Covid-19”, Manuel Losada-Sierra aproveita a experiência com a pandemia causada pelo coronavírus, que evidenciou a condição de vulnerabilidade do ser humano, para apontar que os conceitos de qualidade vinculados aos sistemas de gestão da qualidade e à busca pela excelência não respondem suficientemente aos desafios de formar seres humanos com capacidade de sentir com os outros e de colaborar nos interesses e desejos pessoais de sucesso. Esse pertencimento a uma comunidade revela a condição frágil do ser humano, bem como a necessidade dos outros de enfrentar com sucesso condições de risco, como o fato circunstancial desta pandemia global. A partir do debate sobre ética, conclui-se que reconhecer e considerar essa condição de imperfeição é a forma de responder ao individualismo gerado pela ênfase na perfeição individual e na obtenção de resultados.

Na seção Espaço Aberto, em entrevista concedida a Rafael Bastos, o professor emérito da Universidade Federal de Goiás, ex-membro do Conselho Nacional de Educação e autor de textos orientativos sobre qualidade na/da educação para o Ministério da Educação, Luiz Fernandes Dourado, traz novas contribuições ao debate, reafirmando que garantir a materialização de políticas de Estado é basilar. Mas vai além, indicando que, no caso brasileiro, é preciso que ter atenção redobrada no que se refere à histórica disputa entre os defensores da educação pública e da educação privada no atual cenário de privatização, mercantilização e financeirização e, portanto, de maior apropriação do fundo público pelo setor privado, intensificado no período de pandemia.

Na seção Resenhas, Solange Ferreira Santiago analisa a obra organizada por Maria Isabel Ramalho Ortigão, *Políticas de avaliação, currículo e qualidade: diálogos sobre o Pisa*. O livro reúne, em 13 capítulos, variados olhares sobre o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o que propicia reflexões acerca de políticas de avaliação e currículo, da qualidade das escolas, do conhecimento/

letramento científico e formação docente. Segundo a autora, a riqueza de abordagens teórico-metodológicas, ora levantando questões sobre os modelos homogeneizadores, os impactos sobre a qualidade educacional, as políticas públicas no campo, ora analisando os resultados do desempenho dos estudantes, mediante gráficos, formas de aplicação e fundamentos, como também seus reflexos nos sistemas educativos, contribuem para a relevância da obra.

Por fim, a seção Bibliografia Comentada, construída por Silvana Malheiro do Nascimento Gama e Alba Valéria Baensi, traz uma precisa seleção de obras e artigos que aprofundam o debate e servem de base para novas abordagens e enfoques sobre a qualidade na/da educação.

A riqueza deste número da revista *Em Aberto*, que conta com artigos e ensaios, análises de macro e micropolíticas, exemplos das diversas regiões brasileiras e de outros países, está justamente em sua diversidade. Essa plethora de artigos discutindo qualidade a partir de temáticas correlatas contribui ao campo da educação e exemplifica o que o título traz: o todo é sempre mais complexo, mais dinâmico, mais plural que a simples soma das partes.

Boa leitura!

Jorge Najjar (in memoriam)

Marcelo Mocarzel

Organizadores